

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA Nº 11 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 27 DE SETEMBRO DE 2019**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- António Luís Carrapa Sarmento; José António Amaro Nunes; Sara Maria Paiva da Guia; João Miguel Oliveira Sarmento; Liliana Matias Soares; Liliana Luísa Dias Monteiro; Carlos Alberto Moura Cabral; Tiago José Gomes Ildefonso; Pompeu Ventura Sorrilha; Domingos Almeida Pereira Vingadas e Luís Carlos Ramos Machado.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Balduino do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; Rui Fernando Guedes Raimundo e Manuel do Carmo Ferreira.

Não compareceu o membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite. Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria Silva Xavier Guerra.

Verificou-se também a presença da Técnica Superior, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por cumprimentar os membros da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, e todos os cidadãos presentes, tendo feito referência ao momento difícil que a Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra está a atravessar, em termos de saúde, apresentando-lhe votos de rápida recuperação.

Aproveitou para chamar a atenção do público para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Informou que irá de seguida **dar posse aos novos membros:**

Explicou que, na sequência da comunicação de renúncia ao mandato apresentada pelo membro José Manuel Andrade Oliveira, e do facto de a eleita Iolanda Maria Assunção Melo que foi convocada para a última sessão, não ter tomado posse, por motivos profissionais, se procedeu à convocação do eleito que se seguia na ordem da respetiva lista, Domingos Almeida Pereira Vingadas, para tomar posse nesta sessão.

Verificou de seguida a legitimidade e a identidade do membro Domingos Almeida Pereira Vingadas, mediante a exibição do cartão de cidadão número 02799273, válido até doze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, filho de António Pereira Vingadas e de Aida Almeida, de setenta anos de idade, casado, aposentado, residente na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, em Tarouca, freguesia de União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, deste Concelho, tendo-o considerado investido nas suas funções de membro desta Assembleia Municipal.

De seguida, informou que, na sequência do pedido de suspensão ao mandato apresentado pelo membro Manuel Leite dos Santos, por motivos de saúde, até dezembro de dois mil e dezanove, conforme comunicação que fez na última sessão, o qual será arquivado sob o número vinte e três, do maço de documentos número um do livro de atas número doze, procedeu-se à convocação do eleito Luís Carlos Ramos Machado, que se seguia na ordem da respetiva lista, para tomar posse nesta sessão.

Verificou de seguida a legitimidade e a identidade do membro Luís Carlos Ramos Machado, mediante a exibição do cartão de cidadão número 13036495, válido até vinte e seis de dezembro de dois mil e vinte e um, filho de Joaquim dos Santos Carvalho Machado e de Marília Carvalho Ramos, de trinta e três anos de idade, solteiro, estudante, residente na Avenida dos Restauradores do Concelho, em Tarouca, freguesia de União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, deste Concelho, tendo-o considerado investido nas suas funções de membro desta Assembleia Municipal, durante o mencionado período de suspensão.

Deu as boas vindas aos novos membros ao órgão, contando que o papel deles seja na defesa de Tarouca e dos Tarouquenses, e no sentido de que contribuam para melhorar a vida das nossas gentes. Referiu que lhes irá ser facultado o Regimento, que contém as normas de funcionamento do órgão. Aproveitou para informar que foi acordado entre todos os membros não haver tratamento pelos títulos académicos. Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

Foi elaborada esta minuta relativamente aos seguintes pontos da ordem do dia:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata nº 10 da sessão ordinária de 25.06.2019;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 Informação sobre a "Régiefreutas - Cooperativa Agrícola de Interesse Público Távora - Varosa, C.R.L";

2 Apreciação do relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2019, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", acompanhado do Balanço e da Demonstração de Resultados na mesma data;

3 Apreciação e votação do 4º relatório semestral (até 30.06.2019) sobre a execução do Plano de saneamento ajustado - empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017;

4 Apreciação e votação da proposta de 3ª revisão ao Orçamento, ao Plano de Atividades Municipais e ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019;

5 Apreciação e votação do pedido de autorização prévia à execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", para efeitos de contratação de empréstimo a longo prazo;

6 Apreciação e votação do pedido de autorização para contratação de dois empréstimos a longo prazo, até ao montante total de € 249.634,00, para financiamento complementar de vários investimentos municipais comparticipados pelo FEDER;

7 Apreciação e votação do pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos contratos, a celebrar, de adjudicação das empreitadas de obras públicas de "Requalificação do Parque de Santa Helena" e de "Valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca";

8 Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - referente ao período de 12.06.2019 a 17.09.2019;

9 Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras

entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2.º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 10 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25.06.2019

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número dez da sessão ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e dezanove, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número dez da sessão ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não participaram na votação da ata os membros José António Amaro Nunes, Liliana Matias Soares, Pompeu Ventura Sorrilha, Domingos Almeida Pereira Vingadas, Luís Carlos Ramos Machado e Balduino do Carmo Fonseca, por não terem estado presentes naquela reunião.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por salientar, mais uma vez, que faz sempre todos os esforços para estar presente nos eventos para que é convidado e, quando não pode, tenta fazer-se representar pelos membros da Mesa.

Referiu ainda que, em alguns eventos, há pessoas que questionam a razão do Presidente da Assembleia não estar presente, tendo explicado que, se não for convidado, não faz sentido apresentar-se nesses eventos como Presidente da Assembleia.

Salientou que aprecia muito os eventos realizados pelas Associações do Concelho em prol da comunidade e que valorizam as pessoas.

Destacou de seguida a seguinte correspondência recebida, em cujos eventos esteve presente, sempre que lhe foi possível, a qual se encontra disponível para consulta por qualquer membro:

- AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local - apresentação do livro verde para a reforma da democracia municipal e valorização do papel das assembleias municipais
- Associação da Banda Musical de Gouveães - convite para o III Encontro de Bandas em Gouveães
- Centro Social e Paroquial de Vila Chã do Monte - convite para o 20.º aniversário
- Comissão de Festas de Sta. Maria Madalena de Gouveães - convite para o concerto da Banda Sinfónica da PSP

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- Museu Diocesano de Lamego - convite para a inauguração da exposição "INFINITOS os CAMINHOS"
 - Associação Recreativa e Cultural de Dálvares "A Flor do Sabugueiro" - convite para o Internacional Folk Dance Festival Vale Varosa 2019;
 - Direção Regional da Cultura do Centro - convite para a Conferência Internacional "Cultura, Território e Desenvolvimento";
 - Convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Educação;
 - Organização de Produtores do Varosa, CRL - comunicação da deliberação da Assembleia da Geral da OPAV, para apresentar candidatura de um regadio;
 - DGAL - Alerta para o facto de este Município ter registado nos anos de 2017 e 2018 uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85%;
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses - XXIV Congresso da Associação
 - Concerto de encerramento das atividades do ano letivo de 2018/2019 da Academia de Música de Tarouca
 - Cinema ao ar livre em Salzedas e em S. João de Tarouca
 - Festival da Juventude 2019
 - Associação dos Amigos de Santa Luzia de Vila Pouca - convite
 - Lançamento do 1º CD da Associação Filarmónica de Tarouca
 - Caminhadas nas Freguesias de Mondim da Beira, Salzedas e Gouveias e Ucanha
 - ADR Tarouquense - comemoração do seu 50º Aniversário
 - Agrupamento de Escolas de Tarouca - convite para a entrega dos Diplomas de Mérito;
 - Convite para a abertura das Festas de S. Miguel e para o Cortejo etnográfico, que foi um momento muito bonito.
- Informou ainda que foi apresentada justificação escrita de falta a esta sessão pelo membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite, a qual foi aceite pela Mesa e será arquivada sob o número vinte e quatro do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Passou-se de seguida ao

1º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o Município António Ribeiro de Almeida, tendo iniciado por lamentar o facto de as crianças continuarem a diminuir no Concelho, em todos os níveis de ensino. Congratulou-se com o facto de os resultados dos alunos do Agrupamento de Escolas, no final do 12º ano continuarem a evidenciar-se, salientando que, dos vinte e nove alunos que se candidataram ao ensino superior, vinte e oito foram

colocados logo na primeira fase, e alguns com médias muito elevadas.

Apresentou um agradecimento em relação às festas de S. Miguel, porque tiveram a participação de grupos do Concelho, em especial o Cortejo que envolveu muitas pessoas, notando-se a sua evolução.

Em relação ao Cortejo, lamentou apenas que a água que foi distribuída tivesse sido de proveniência espanhola.

Referiu que lhe parece que não se justifica manter o trajeto de subida do Cortejo até aos Paços do Município, uma vez que as entidades estão no Centro Cívico, estando pouca gente a assistir na mencionada subida, para além de ser um trajeto difícil para os veículos e as pessoas participantes. Lamentou ainda que as profissões e os trajes tradicionais do Concelho não estivessem representados em maior número no desfile.

Conclui dizendo que o Concelho necessitava de um espaço onde fossem preservadas as profissões e trajes antigos do Concelho, até para ser visitado pelos alunos, para conhecerem em concreto o nosso passado.

Terminado o primeiro momento do período de intervenção do público, passou-se à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Referiu o cortejo etnográfico, tendo destacado a dificuldade com que as freguesias se debatem cada vez mais para conseguirem a participação das pessoas, tendo em conta a diminuição da população e a idade avançada da mesma.

Disse ainda que, apesar do Cortejo ser, na sua grande maioria, dinamizado pelas Associações, no caso da freguesia de União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira as Associações que existiam não estão ativas e, por isso, tem sido a Junta de Freguesia a dinamizar essa participação, o que lhes tem causado algumas dificuldades. Aproveitou para agradecer às pessoas que colaboraram na execução dos carros, nomeadamente, aos dois funcionários da Junta de Freguesia, que trabalharam fora do horário laboral e aos restantes membros da Junta de Freguesia.

Concluiu dando os parabéns ao Executivo pela forma como decorreu o desfile, pela sua qualidade e extensão.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Salientou o excelente trabalho que tem vindo a ser realizado na limpeza dos caminhos agrícolas e florestais, agradecendo a colaboração do Senhor Presidente da Câmara com a freguesia de S. João de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Tarouca, que tem permitido fazer um excelente trabalho na prevenção dos incêndios.

Destacou ainda a execução das obras de condução das águas da estrada 329 e de construção da ponte de S. João de Tarouca, que estão concluídas, e que foram realizadas com a parceria da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, as quais são muito importantes para a população da freguesia, tendo agradecido ao Senhor Presidente da Câmara todo o contributo que deu para a sua execução.

Disse ainda que o trajeto do antigo caminho dos moinhos, entre Vilarinho e S. João de Tarouca, que estava interdito e que há muito vinham a lutar pela sua reabertura, está quase concluída a sua abertura, tendo ficado com uma largura de cerca de quatro metros. Acrescentou que a execução daquele trabalho tem o intuito de ser criado um circuito entre Vilarinho, S. João de Tarouca, Pinheiro e Vila Chã do Monte, para que as pessoas possam caminhar pela freguesia.

Concluiu solicitando o arranjo da estrada de Vilarinho a Bustelo, que tem vindo a ser muito solicitado pelos habitantes.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Referiu a expansão enorme do movimento associativo no Concelho nos últimos anos, tendo salientado os seguintes eventos que decorreram após a última sessão e que são bem demonstrativos do dinamismo das Associações: - a comemoração do Dia dos Avós, que juntou população idosa com crianças, cuja interação foi extraordinária; - o Internacional Folk Dance, com a demonstração das várias culturas e tradições dos países; - e ainda a comemoração do 50º aniversário da Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense, porque o futebol continua a ser um importante meio das pessoas se encontrarem.

Relativamente ao cortejo disse que foi extraordinário, no qual ficou bem visível o empenho das Associações do Concelho na sua realização.

Concluiu dando os parabéns aos novos membros que tomaram posse nesta sessão.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse o seguinte "Dado estarmos num período de reflexão eleitoral, queria aqui e agora expressar as minhas ideias e preocupações quanto ao futuro, porventura em parte um tanto ou quanto edílicas.

Em primeiro lugar que fosse um ato eleitoral em que a abstenção não tivesse a maioria, para isso cabe-nos a nós todos informar e esclarecer as pessoas que apesar de não ser uma obrigação do cidadão com idade de votar, será acima de tudo um dever cívico e uma das maiores conquistas de abril, e o ato mais solene da cidadania. Sei que grande parte dos eleitores está revoltado e não acredita nos políticos, face ao histórico de acontecimentos que em nada engrandece a nossa democracia, mas ao ficarem comodamente em casa, os

eleitores não estarão também a pactuar com este estado de coisas, penso que sim, pois comungo da ideia que em vez de se absterem de votar, poderão manifestar a sua revolta com o voto em branco, aí sim estão a cumprir um dever de cidadania, e davam uma bofetada de luva branca aos políticos e aos programas eleitorais, tendo como consequência, penso eu, um debate sério sobre o nosso sistema político, a composição da Assembleia da República e do próprio sistema de representatividade dos eleitores e dos círculos eleitorais. Portanto cabe a todos nós, antes de exprimirmos as nossas ideias políticas termos um ato de altruísmo de informar pessoas da utilidade do voto, mesmo que seja em branco.

Em segundo lugar, espero que a próxima legislatura, seja a mais profícua em termos de coesão territorial, que combata a desertificação do interior, que o nosso interior seja visto como uma solução para o desenvolvimento do País e não como o problema, que se debata profundamente o regionalismo, pois está mais que visto que as ditas reformas de descentralização, não são mais do que criar uma teia complexa de responsabilidades para os autarcas do interior, sem que para isso tenham os meios e dotações financeiras para a prossecução das competências atribuídas na lei. Que se inicie um debate sério e rigoroso sobre o que tem levado à desertificação do interior, para depois serem criadas medidas para um repovoamento e assim ser atingida a tão apregoada coesão territorial, mas que essa coesão não tem passado de discursos eloquentes, mas os resultados práticos têm sido nulos ou até, a maioria das vezes, contraproducentes. Não podemos continuar a nos conformar que "Portugal é Lisboa e o resto é paisagem", portanto esse é o meu desejo para a próxima legislatura, que se deixe de discutir tanto os deficits orçamentais, dado que isso até já entrou no léxico das esquerdas, para se discutir o verdadeiro problema do nosso País que é a desertificação do interior e também a falta de água.

E para concluir espero e faço votos que em Tarouca a abstenção diminua, e que a nível local e nacional ganhe acima de tudo a democracia, que se respeite a vontade do povo, que a habilidade política de alguns não vá contra a vontade expressa nas urnas pelos cidadãos deste nosso Portugal.

Desejo a todos um bom S. Miguel."

- **José António Amaro Nunes** - Felicitou os dois membros empossados e informou que, por compromissos pessoais, só poderá estar presente nesta sessão até às dezasseis horas. Felicitou ainda a reflexão feita pelo município, António Ribeiro de Almeida, na sua intervenção.

Relativamente ao Cortejo, e depois de ter ouvido, quer o município interveniente, quer os Senhores Presidentes da



2019.09.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira, e da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, disse que, independentemente de ter sido bem organizado, considera que se deve refletir sobre o modelo do desfile, apesar de ter envolvido muitas pessoas, pois nota-se que não tem uma identidade. Disse que não se entende bem se é um cortejo etnográfico, um desfile de associações ou das suas atividades, porque o que se verificou foi uma amálgama, referindo a importância de se inovar anualmente, para que ainda mais pessoas venham assistir ao mesmo.

Congratulou-se com o facto de os dias de festas terem sido menos, o que permite o descanso das pessoas que vivem em volta do recinto, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores.

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse se o pedido de prorrogação dos proprietários dos lotes da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca para a apresentação dos respetivos projetos, teve a ver com as infraestruturas que ainda faltam realizar pelo Município.

Perguntou ainda se é verdade que os taxistas vão mudar de local de estacionamento, para junto da fonte, e se existe projeto para o efeito.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Deu as boas vindas aos novos membros, desejando-lhes felicidades nesta nova etapa. Salientou algumas atividades que se foram realizando no Concelho desde a última sessão da Assembleia Municipal, e que se destacam pela capacidade de atrair pessoas, designadamente as seguintes: - Festival da Juventude, que proporcionou aos jovens um fim de semana diferente; - Lançamento do 1º CD da Associação Filarmónica de Tarouca, que reforça, mais uma vez, a nossa tradição musical; - a atividade dinamizada pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tarouca, Bombi Challenger, que atraiu ao Concelho um número significativo de participantes; - o estágio da Orquestra de Sopros; - o arranque do novo ano letivo de 2019/2020, que à semelhança dos anos anteriores, decorreu com toda a normalidade.

Quanto às festas de S. Miguel, disse que, ao longo da semana, as atividades musicais foram diversificadas, tendo salientado o Varosa Moments e o Cortejo, como os dois grandes momentos que decorreram até à data desta sessão. Disse que concorda com a reflexão feita sobre o cortejo, pois sabe das dificuldades no recrutamento de pessoas para participarem nos desfiles. Apesar disso, foi visível o elevado número de jovens a participar.

No que respeita à baixa natalidade no Concelho, referida pelo munícipe que interveio, disse que, por mais medidas de incentivo à natalidade que os municípios aprovem, essa situação só poderá ser verdadeiramente revertida se o Governo aprovar medidas concretas de valorização do Interior

como estratégia nacional. Para além disso, informou que a redução do número de alunos acontece em todas as escolas da região e não só em Tarouca.

Explicou que o desfile renasceu há muito anos com a Associação de Juventude e que, em certa altura, foi proposto um tema aos participantes, tendo sido esse um dos desfiles mais fracos que tiveram, em termos de participação. Acrescentou que o atual modelo não o desagrada, pelo número de pessoas que trás a Tarouca.

Destacou o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, com a colaboração da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca, no combate à vespa asiática.

Concluiu, perguntando se Tarouca tem candidaturas aprovadas no âmbito do PARU e do PAMU.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar as explicações necessárias.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por desejar as boas vindas aos novos membros, porque entende que engrandecerão o órgão.

Em resposta ao Munícipe António Ribeiro de Almeida disse que, no corrente ano, tiveram de abrir mais uma turma do ensino pré-escolar, o que foi um bom sinal. Contudo, não há dúvida, que a perda de pessoas tem vindo a acontecer em todos os concelhos do interior.

Quanto ao desfile, agradeceu a todos quantos estiveram presentes na receção aos grupos participantes, designadamente aos Senhores Presidente da Assembleia Municipal, Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia e membros da Assembleia Municipal.

Ao membro José António Amaro Nunes disse que, em relação ao desfile, talvez tenham de refletir um pouco sobre o mesmo. No entanto, o que aconteceu foi que este desfile incluiu etnografia, história e atividades das Associações, tendo agradecido a estas pelo trabalho que desenvolvem nos seus povos e no Concelho, porque sabe que não é fácil estar à frente de uma instituição, apenas por carolice. Agradeceu também às Juntas de Freguesia pelo trabalho em dinamizar o cortejo com as suas Associações, o que demonstra bem a colaboração existente entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as Associações. Acrescentou que o cortejo não foi um desfile etnográfico, porque não foi isso que se pretendeu, mas sim a incentivar a participação das pessoas, o que foi bem conseguido. Agradeceu ao Senhor Vice-Presidente por todo o trabalho na organização do desfile.

Ao membro Tiago Jorge Martins Eusébio agradeceu as palavras que dirigiu ao Executivo, garantindo que vão conseguir realizar muitos mais trabalhos com essa boa parceria. Agradeceu aos funcionários da Câmara Municipal por todo o trabalho executado, pois têm sido incansáveis. Quanto à



2019.09.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ligação entre Vilarinho e Bustelo, disse que estão a preparar o projeto, para ser executada a reparação.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo disse que também gostou muito da forma como foi comemorado o Dia dos Avós e da comemoração do 50º aniversário da Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense, porque é uma instituição que continua a levar longe o bom nome de Tarouca. Quanto ao Internacional Folk, disse que é realmente bonito poder apreciar as diversas culturas dos países, tendo dado os parabéns à Associação Flor do Sabugueiro, pela sua realização. Congratulou-se com a forma como decorreu a Festa do Senhor do Monte, tendo-lhe dado os parabéns.

Ao membro Carlos Alberto Moura Cabral disse que a desertificação é um problema muito complicado e que fazem o que lhes é possível para a ir combatendo.

Quanto à transferência de competências, disse que ainda não sabe se terá bons resultados, pois isso só acontecerá se vier acompanhada de um envelope financeiro, estando ainda em negociações a questão das transferências na área da educação e da saúde.

Ao membro José António Amaro Nunes, quanto à Área de Acolhimento Empresarial de Tarouca, disse que a execução das infraestruturas está a decorrer, mas que a apresentação dos projetos pelos proprietários dos lotes nada tem a ver com as infraestruturas, pois no caderno de encargos estavam fixados 45 dias para a sua apresentação após a celebração da respetiva escritura. Disse ainda que, efetivamente, foram pedidas prorrogações de prazo devidamente fundamentadas pelos próprios, as quais foram concedidas pela Câmara Municipal, uma vez que pretendem ajudar as pessoas.

Quanto ao local de estacionamento táxis, disse que a candidatura apresentada ao PAMUS incluiu a interface dos táxis, com o respetivo projeto de localização, o qual está disponível para consulta.

Ao membro António Luís Carrapa Sarmento disse que o ano letivo em Tarouca iniciou bem, mas a sua preparação não é fácil. Disse ainda que, em parceria com a Direção da Escola, definiram os transportes escolares e nada tem falhado, estando também a ser transportadas gratuitamente as pessoas das diversas localidades para a cidade. Referiu que o sucesso escolar tem aumentado e que continuam com 0% de abandono escolar, o que é um ótimo sinal e demonstra a excelente parceria que tem existido entre o Município e o Agrupamento de Escolas.

Quanto às candidaturas aos fundos comunitários aos programas PARU e PAMUS, informou o seguinte:

CANDIDATURAS EM CURSO	
PROGRAMA	OBRAS
PARU	Regeneração da Zona Ribeirinha de

	Ucanha
	Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca
Eficiência Energética	Reabilitação do Bairro de Habitação Social - 12 fogos
BEM	Remodelação da antiga escola primária do plano centenário para instalação do Julgado de Paz
Fundo Ambiental	Implementação de sistema de recolha Porta a Porta e Valorização Orgânica no Concelho de Tarouca
CANDIDATURAS APROVADAS EM FASE DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO	
Eficiência energética	Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED
Provere	Requalificação do Parque de Santa Helena
	Valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca
Cadastro	Cadastro de infraestruturas de água e saneamento
CANDIDATURAS APROVADAS E MAPEADAS NA CIM, QUE AGUARDAM TERMO DE ACEIÇÃO DA CCDRN	
PARU	2ª fase - Regeneração do núcleo antigo da cidade de Tarouca - Alcáçima e Rua do Castelo
	Regeneração da Zona Ribeirinha do Outeiro - Mondim da Beira
	2ª fase - Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha
PAMUS	Melhoria da mobilidade suave entre o Castanheiro do Ouro e o centro da cidade e interface de táxis
	Remodelação dos abrigos de passageiros
CANDIDATURAS EM ANÁLISE PELA CCDRN	
	Área de Acolhimento Empresarial Local

Concluiu informando que, na próxima segunda-feira, terão início as obras no Mosteiro de Salzedas.

Nesta altura, o membro José António Amaro Nunes ausentou-se da reunião.

Passou-se de seguida à discussão da seguinte ordem do dia:

PONTO 1. INFORMAÇÃO SOBRE A "RÉGIEFRUTAS - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE INTERESSE PÚBLICO TÁVORA - VAROSA, C.R.L"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que o membro Carlos Alberto Moura Cabral, na sessão da Assembleia Municipal de abril último, solicitou a colocação de um ponto



2019.09.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

da ordem do dia para discussão de assuntos sobre a Régiefrutas, tendo apresentado os pontos que gostaria que fossem debatidos, nomeadamente os seguintes:

- Capital inicial da Régiefrutas;
- Sócios iniciais da Régiefrutas e valor da participação de cada, bem como da situação atual;
- Valor do investimento inicial e o acumulado até à data;
- Valor do subsídio a fundo perdido recebido, e outras fontes de financiamento;
- Valor da dívida às instituições quando começou a laborar, e aos fornecedores, bem como a dívida atual;
- Quantidade de produtos processados no início e a sua evolução em termos de quantidades e de faturação;
- Evolução do pessoal empregue;
- Evolução das dívidas quer às instituições, quer aos fornecedores;
- Evolução dos resultados;
- Evolução dos capitais próprios.

Explicou ainda que, por esse motivo, a Mesa decidiu colocar este ponto na ordem do dia, considerando que é pertinente a sua discussão, uma vez que se trata de uma entidade participada pelo Município, para além de tratar de um setor estratégico para o Concelho, a agricultura, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por informar que dada a impossibilidade de estar aqui presente o técnico responsável pelas contas da Régiefrutas, o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, que também é Presidente da Assembleia Geral da Régiefrutas, irá apresentar em seguida os respetivos dados financeiros.

Referiu que a Régiefrutas é uma instituição da qual teve vontade desistir, quando tomaram posse, considerando as contas penhoradas e a dívida enorme que encontraram e, por outro lado, pela forma como foi construído o próprio edifício, uma vez que grande parte do mesmo se destina a área social, e apenas uma pequena parte ao tratamento da baga, ou seja, não foi pensado para ser alargado a outras áreas.

Prosseguiu dando conhecimento das diversas etapas que foram ultrapassando para conseguirem reestruturar a dívida e evitar penhoras, de forma a pagarem o que deviam ao grande número de fornecedores, ficando apenas com uma dívida à banca, o que não foi uma tarefa fácil, mas depois de muito esforço conseguiram concretizar esse objetivo.

Salientou que o esforço tem sido muito grande e contínuo, mas têm conseguido pagar aos produtores a baga e aumentaram até o preço do quilo, nunca tendo falhado um pagamento à banca.

Depois de alguns estudos, decidiram apostar no tratamento de outros produtos para dar rentabilidade às instalações fora da época da baga, a fim de consolidarem as contas e de conseguirem pagar aos agricultores preços mais competitivos. Por isso, estão a transformar a maçã e o kiwi, mas têm de ter preços competitivos, senão não conseguem ter sucesso no mercado.

No que respeita ao capital social, lamentou que o Município, em anterior mandato, tenha atribuído subsídios para aquela instituição, e não os tenha considerado como capital social, porque seria mais proveitoso.

Concluiu dizendo que têm vindo a fazer um grande esforço no sentido de não falharem o pagamento de qualquer prestação ao banco, nem os salários dos trabalhadores, o que têm vindo a conseguir.

Passou de seguida a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo para apresentar os dados financeiros.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por dar as boas vindas aos dois novos membros, esperando a melhor prestação deles, porque dessa forma Tarouca só tem a ganhar.

Relativamente à Régiefrutas, disse que tentou fazer uma avaliação desde 2009 até ao fim de 2018, para responder às questões colocadas pelo membro Carlos Alberto Moura Cabral. Referiu que a Régiefrutas não é mais do que um dos "paliativos" que foi na altura tentado para o interior, com o intuito de fixar pessoas. Contudo, considerando o risco elevado do negócio, se não houver uma gestão rigorosa no dia-a-dia, cairá facilmente, e com ele cairia o ganha-pão de muitos agricultores do Concelho.

Considera que, se o atual Presidente da Câmara não tivesse passado a presidir à Régiefrutas, certamente ela já estaria fechada e os agricultores sem o dinheiro.

Explicou que vai responder às questões colocadas, seguindo a respetiva ordem.

Iniciou pela questão do capital social, tendo referido que a Régiefrutas iniciou em 2009 com um capital social de € 55.000,00 e a partir daí foi sendo realizado mais, sendo atualmente de € 737.712,56, estando dividido da seguinte forma: OPAV - €551.000,00; Autarquias - €155.000,00; Privados - € 30.000,00. Os Municípios de Armamar e Tabuaço ainda não realizaram o capital social inicial.

Quanto ao investimento acumulado, disse que em 2009 era de € 2.113.299,77; em 2010 subiu para € 2.843.329,39; em 2011 para €3.152.368,62; e em 2016 aumentou para € 3.461.795,71, com a aquisição da máquina para tratar outras frutas, tendo-se mantido desde aí.

No que respeita ao subsídio comunitário, em 2019 foi recebido o montante de € 1.062.020,97. Não tendo sido recebido mais valor, porque o projeto foi muito alterado, na



2019.09.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

altura, e foram apresentados trabalhos a mais, que os fundos comunitários não financiaram. Por esse motivo, perderam cerca de 35% do valor que teriam direito se tivessem cumprido o projeto. Relativamente à dívida bancária, explicou que se iniciou com uma dívida de curto prazo à banca em 2009, no valor de € 1.000.000,00, que era anualmente renovado, tendo-se mantido assim até 2013, altura em que totalizava já o valor de € 1.200.000,00.

Quanto à dívida total, iniciou em 2009 com o valor de € 2.346.000,00, e em 2013 era de € 2.311.000,00, que incluía a dívida bancária e a dívida a fornecedores.

Em 2014, com a nova gestão, foi feita a reformulação da dívida para médio/longo prazo, por isso, o valor da dívida bancária passou a ser de € 1.142.259,33 e em 2015 diminuiu para € 1.070.000,00. Ao mesmo tempo, a dívida total passou a ser de 1.744.000,00, porque foi feito o aval pessoal dos três Presidentes da Câmara (Tarouca, Lamego e Moimenta da Beira) tendo as dívidas deixado de estar penhoradas. Assim, conseguiram assim receber o valor de € 118.837,68 dos fundos comunitários, com o qual foram pagas dívidas a fornecedores. Em 2016, com a aquisição da nova maquinaria, fez-se nova renegociação da dívida com a banca, a qual passou a ser no montante de € 1.620.000,00, e a dívida total de € 1.997.000,00, não existindo dívida a fornecedores.

Quanto à quantidade de produto processado, disse que em 2011 atingiu o total de 800 toneladas, mas em 2013 diminuiu para as 564 toneladas, porque havia uma nítida falta de confiança dos agricultores, uma vez que não recebiam o pagamento. Em 2014, começou a tentar cativar-se a confiança dos agricultores, a qual foi aumentando, e no ano de 2015 conseguiu-se um total de 875 toneladas, em 2016 aumentou para 963 toneladas e em 2017 atingiu-se o record das 1100 toneladas. Em 2018, registou-se uma pequena diminuição para as 829 toneladas, porque devido às intempéries houve menos produção. Contudo, no corrente ano já se registou um novo aumento.

Em relação à faturação, referiu que, em 2013, era no valor de € 466.841,50 e em 2017 e 2018 quase duplicou o valor, tendo passado a ser de € 873.756,96.

No que respeita ao pessoal, informou que entre 2009 e 2013 tinham 5 trabalhadores efetivos, apesar de apenas ser feita a transformação da baga durante mês por ano. Em 2015, reduziram para 2 técnicos. Em 2018, já têm em média 21 trabalhadores com contratos de trabalho a termo certo, dada a mudança de estratégia, para o tratamento de outras frutas. Quanto ao resultado líquido, disse que em 2009, 2013 e 2016 foi negativo, mas em 2017 e 2018 já foi positivo.

Concluiu, informando que tem disponíveis os balancetes, para quem quiser consultar.

Nesta altura, o membro Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo ausentou-se da reunião.

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia tendo agradecido as intervenções, e dito que apesar de se verificar que a Régiefrutas é um negócio de elevado risco, entende que tudo deve ser feito para que o negócio se mantenha, tendo em conta a sua importância para o Concelho.

Considera que o que estava a ser feito anteriormente era uma "aberração", porque ter uma estrutura empresarial com um investimento daquele elevado valor e ter cinco trabalhadores efetivos, apenas a trabalhar um mês por ano é sem dúvida uma "aberração", não compreendendo como foi isso possível.

Realçou o trabalho feito pelo Senhor Presidente da Câmara, tendo destacado a confiança que conseguiu ganhar da parte dos agricultores.

Concluiu, solicitando que seja esclarecido quais foram os valores que o Município injetou na Régiefrutas entre os anos de 2013 e o corrente ano.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que, entre 2013 e 2019 não foi injetado qualquer capital na Régiefrutas pelo Município.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o Município só injetou capital na Régiefrutas entre 2009 e 2013, ou seja, entrou com o valor do capital social de €50.000,00 e posteriormente atribuiu um subsídio no valor de €150.000,00, não percebendo porque é que, naquela altura, o dinheiro não entrou como capital social, que seria uma forma de ir buscar maiores dividendos para o Município.

Intervieram os seguintes membros:

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Disse que, na qualidade de cidadão e de produtor de baga ficou satisfeito com a evolução das contas da Régiefrutas, pois todos os agricultores esperam um futuro risonho daquela cooperativa. Referiu que, ele próprio, tem vindo a aumentar a área de produção do sabugueiro, porque deposita confiança naquela instituição, o que tem também acontecido com outros produtores, fazendo votos para que os atuais dirigentes se mantenham firmes.

Manifestou ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, o seu apreço, pelo trabalho desenvolvido na cooperativa, que em muito ajuda os agricultores, promove a fixação das pessoas e até ajuda a criar barreiras aos fogos florestais com o aumento da plantação de sabugueiros.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que, quando fez esta sugestão, foi para demonstrar que há partidos com responsabilidades no Município, que advogam tanto o desenvolvimento da agricultura, e que, infelizmente, o resultado das suas ideias foi o que acabamos de ouvir.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Referiu que, efetivamente, sabia-se que aquele investimento era à partida um "elefante branco", porque economicamente não tinha sustentabilidade, dado o elevado investimento sem capacidade de gerar receita, tendo provocado o descrédito nos agricultores, por causa dos erros graves de gestão, lamentando que não sejam assumidas as responsabilidades desta situação pelos gestores públicos.

Disse ainda que um dos princípios básicos da economia é que os investimentos são financiados por capital a médio e longo prazo, e nunca a curto prazo, como naquela altura aconteceu, o que demonstra bem que não percebiam muito do assunto.

Disse ainda que, no momento, a Régiefrutas não cumpre os princípios do cooperativismo, porque se cumprisse já tinha fechado, desconhecendo até que ponto esta situação é legal. Considera salutar que haja pessoas, como o Senhor Presidente da Câmara, que têm força para persistir, pois uma pessoa que não se preocupasse com os destinos do Concelho já teria desistido.

Referiu a importância dos gestores públicos, antes de tomarem decisões, analisarem bem todos os investimentos, para perceberem se têm viabilidade, porque foram feitos vários investimentos neste Município sem planeamento e sem viabilidade financeira, que têm vindo a criar grandes constrangimentos financeiros.

Referiu que, apesar de ser contra este tipo de cooperativas, espera que esta tenha futuro e que continue a pagar um preço digno aos agricultores do Concelho pelos seus produtos.

- **Sara Maria Paiva da Guia** - Disse que, apesar dos constrangimentos financeiros e dos erros que foram cometidos na Régiefrutas, considera que aquela unidade foi criada para a promoção de um produto endógeno do Concelho e para valorizar o trabalho dos agricultores, entendendo que é importante salientar-se a parte positiva da situação.

Agradeceu o trabalho desenvolvido por este Executivo para manter aquela estrutura, fazendo votos para que continue a fazer esse esforço, uma vez que entende que é uma estrutura fundamental para o Concelho que deve continuar a trabalhar, com o objetivo de dinamizar a economia local, dada a sua importância para escoar os produtos do Concelho.

Disse ainda que a chocou um pouco ouvir falar no termo "paliativo", porque apesar de ter sido uma situação difícil está a dar frutos e é, sem dúvida, fundamental para os agricultores do Concelho, daí entender que a situação deve ser vista pelo lado mais positivo.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Em relação à atual gestão, disse que é valorizado por todos o esforço enorme que está a ser feito pelo atual Executivo, no sentido de tornar viável aquela estrutura, porque se reconhece a sua importância para o agricultor, até porque a sua construção destruiu o

circuito de comercialização que existia anteriormente, e que agora seria difícil de recuperar.

Ao membro Sara Maria Paiva da Guia disse que não concorda com o que disse, porque não acredita que quem pensou neste tipo de projeto e o executou da forma como o fez não tenha culpa nos erros que cometeu, porque fazer um investimento tão elevado para funcionar um mês por ano, não tem qualquer razão de ser. Disse ainda que tem conhecimento que o projeto inicial teve grandes desvios, por isso alguns municípios retiraram-se do mesmo. Ressaltou que não é preciso ser técnico de contas, para se perceber o erro daquele investimento, por isso, entende que, quando um político toma decisões para alimentar o seu ego, devia ter consequências, lamentando que isso não tenha acontecido.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta, começou por se dirigir ao membro Tiago José Gomes Ildefonso, tendo dito que fica satisfeito por saber que há confiança da parte dos agricultores naquela Instituição.

Ao membro Carlos Alberto Moura Cabal disse que também concorda que aquele investimento deveria ser entregue aos privados.

Ao membro Sara Maria Paiva da Guia disse que vão continuar a fazer esforço no sentido de manter aquela estrutura a trabalhar, porque estão em causa os agricultores do Concelho e os postos de trabalho das pessoas que ali trabalham.

Disse ainda que gerir aquele equipamento não é fácil e apesar de sentir que a intenção de o construir foi boa, era muito importante que tivesse havido algum cuidado, quer com a dimensão, quer com a forma de negócio. Contudo, neste momento, entende que não se deve olhar para trás, e que se deve seguir em frente, porque é o mais importante para a economia do Concelho.

Disse ainda que já estão a transformar outros produtos para conseguirem pagar aos agricultores e aos trabalhadores, e isso é motiva-os a continuar.

Acrescentou que, no corrente ano, a baga portuguesa foi prejudicada, porque no Leste Europeu esteve calor, e a baga deles conseguiu um brix idêntico ao nosso, o que fez baixar o preço dela no mercado. Espera que, no próximo ano, essa parte corra melhor.

Considera que é importante que se saliente que a Régiefrutas é um projeto de todos, porque o Município investiu ali muito dinheiro e porque está em causa a sobrevivência dos agricultores do Concelho. Conta com o apoio de todos para transmitirem confiança aos agricultores, porque eles só aumentarão a produção se tiverem confiança na estrutura.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse que quando olha para a Régiefrutas, só o consegue fazer sob o prisma da sustentabilidade económica e financeira.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Explicou que, inicialmente, o projeto previa 30% de investimento privado, o que não aconteceu, porque houve pessoas que não acreditaram no projeto. Por isso, na altura, era, efetivamente, um "paliativo", uma vez que apesar de ter sido criado para valorizar um produto endógeno, servia apenas para destruir os agricultores.

Prosseguiu, informando que o Senhor Presidente da Câmara negoceia muito para ter a baga no mercado, uma vez que a Ucrânia a vende mais barata, por isso a base da confiança que ele tem conseguido criar, não só com os agricultores, mas também com os clientes, tem sido deveras importante.

Entende que a Régiefrutas é uma estrutura insustentável, cuja criação pode ter tido uma intenção positiva, contudo não teve, nem o mínimo de planeamento, nem o mínimo de estratégia. Por isso, julga que foi uma sorte ter tomado posse o atual Presidente da Câmara, que se desdobrou em forças para que a estrutura não terminasse, e que agora começa a encaminhar-se, mesmo continuando carregadinha de dificuldades.

Salientou que, se a Régiefrutas der prejuízo, os Municípios que têm ali participação vão sofrer com isso, porque o limite de endividamento vai ser agravado em 20%, o que, no caso do Município de Tarouca, obrigaria a ficar acima do limite de endividamento, o que seria muito prejudicial. Por esse motivo entende-se que alguns Municípios não tivessem tido vontade para participar nesta estrutura.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e vinte minutos, foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezassete horas e quarenta minutos, com a **ausência dos membros José António Amaro Nunes, Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo e Rui Fernando Guedes Raimundo.**

PONTO 2. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES EM 30.06.2019, APRESENTADO PELA SOCIEDADE "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.", ACOMPANHADO DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NA MESMA DATA

Presente o Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2019, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, acompanhado do balanço, da demonstração de resultados do período e dos mapas de controlo orçamental, documentos que foram enviados antecipadamente a todos os membros para apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para explicar os presentes documentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por salientar as principais conclusões do relatório, designadamente as seguintes:

- Relativamente ao primeiro ponto, disse que este alerta já não é novidade, pois é de todo impossível cadastrar obras de há 30, 40 ou 50 anos atrás, das quais nem levantamento existe do próprio terreno, nem do património ali existente.

- No que respeita ao segundo ponto, também não é novidade, porque se refere à falta de reconhecimento da dívida à empresa "Águas do Norte, SA", que remonta ao ano de 2009, cujo processo está a decorrer em Tribunal, tendo já sido ganho um dos processos, esperando que também ganhem este.

- Quanto ao terceiro ponto, explicou que todos os membros se devem orgulhar deste ponto porque, quando este Executivo tomou posse, existia um excesso de endividamento no valor de 5 milhões de euros e, neste momento, ao fim de 6 anos têm já uma margem de 74 mil euros, dado o esforço que têm feito, sentindo-se bastante bem por terem conseguido este resultado.

- No que concerne ao último ponto, que foca os fundos disponíveis, explicou que será a última vez que este ponto constará, pois o cálculo dos fundos disponíveis só é obrigatório, quando se está em excesso de endividamento, o que não acontece atualmente, por isso, foi deliberado pela Câmara Municipal, em oito de junho último, não calcular mais os fundos disponíveis. Contudo, os auditores quiseram manter ainda esta ênfase, tendo em conta o princípio da prudência. Quanto ao balanço, disse que é estável, até porque na maior parte está voltado para os fundos próprios.

Referiu que, em trinta e um de dezembro último, o passivo tinha diminuído, tendo já diminuído o dobro atualmente.

No que respeita à demonstração de resultados, explicou que se verifica um aumento de 20% nos gastos com pessoal, por causa da integração dos precários no mapa de pessoal do Município, do descongelamento das carreiras profissionais e do aumento do salário mínimo.

Interveio o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo dito o seguinte: "Começando pela informação da situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2019, elaborada pela BDO, refiro que continuam a existir os mesmos problemas já enunciados em relatórios anteriores no que concerne aos bens do domínio público e nas obras de administração direta, quanto à capitalização destes gastos em ativos do Município, por falta de critérios adequados, por isso eu pergunto se, pelo menos quanto à capitalização das obras diretas, deixamos de ter essa referência, dado que para isso basta ter a respetiva folha de obra e critérios objetivos de apuramento dos respetivos custos. Quanto ao problema das "Águas do Norte, SA", este tema já foi debatido por várias vezes, pelo que esperamos uma resolução célere

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

por parte da justiça e que nos seja favorável, caso contrário seria um verdadeiro problema.

A boa notícia é que o endividamento do Município calculado nos termos da lei é inferior em €748.864,00 do que o limite máximo de endividamento. Continua, no entanto, o problema dos fundos disponíveis. No entanto, pergunto ao Executivo porque é que o aumento desta folga não é compensado com uma redução acentuada no passivo. Sendo certo que as contas refletem um aumento de prejuízos, mas os fundos libertos são positivos na ordem dos €662.511,00.

Se bem me recordo, na altura da integração dos precários foi referido que não iriam ser reintegrados a sua totalidade, mas sim menos de 60 colaboradores, que se encontravam a recibos verdes, e que o impacto iria ser muito perto dos € 300.000,00. No entanto, verifica-se um aumento dos custos com o pessoal neste período homólogo de €673.851,51, ou seja, só num semestre, eu perguntava a que se deve este efeito e qual será o impacto no final do ano, porque o aumento do salário mínimo não pode justificar tal diferença."

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, em resposta, explicou que, no que respeita ao património, foi iniciado em 2017 o novo *software* da gestão de atividades, que permite a capitalização dos trabalhos da própria entidade. Tendo em conta que os Auditores não conseguem verificar esses trabalhos no terreno e com base no princípio da prudência, colocam o referido alerta. Disse que se sente confortável com a situação, considerando que o *software* em causa trouxe melhoria a nível contabilístico.

Relativamente à questão de não corresponder o passivo com o aumento da margem do limite de endividamento, explicou que resulta da forma de cálculo do limite de endividamento, uma vez que conseguiram um conjunto de novas receitas que fez com que ao nível orçamental a média das receitas aumentasse e, consequentemente, a execução orçamental.

Explicou ainda que foram admitidos 59 trabalhadores precários, o que teve um acréscimo nas despesas com pessoal de cerca de trezentos mil euros. Contudo, o maior aumento da despesa deve-se à alteração do salário mínimo nacional, porque 60% dos trabalhadores do Município ainda ganham o salário mínimo, bem como ao descongelamento das carreiras, que estavam congeladas desde 2009.

Terminadas as intervenções, foi apreciado e tomado conhecimento do presente relatório, bem como do balanço, da demonstração de resultados e dos mapas de controlo orçamental referentes ao período de 01.01.2019 a 30.06.2019. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura, o membro Rui Fernando Guedes Raimundo regressou à reunião.

PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO 4º RELATÓRIO SEMESTRAL (ATÉ 30.06.2019) SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO AJUSTADO - EMPRÉSTIMO DESTINADO A SANEAMENTO FINANCEIRO NO MONTANTE DE € 5.136.622,73, CONTRATADO EM 24.04.2017

Presente o quarto relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Ajustado, relativo ao empréstimo a longo prazo (operação de substituição de dívida ao abrigo do artigo 81º da Lei do Orçamento do Estado para 2017) destinado a saneamento financeiro, no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017, respeitante ao período de um de janeiro até trinta de junho de dois mil e dezanove, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de oito de agosto findo, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para explicar os presentes documentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que este plano de saneamento financeiro apresenta um conjunto de medidas de contenção da despesa e de maximização da receita que foram submetidas na revisão que lhe foi feita no ano findo, uma vez que o anterior estava desajustado. Explicou ainda que existem alguns desvios acima do previsto e outros um pouco abaixo, mas são desvios muito pequenos e por isso, entende que estão muito próximos da realidade das contas do Município. O maior desvio verificou-se nas despesas com pessoal, o qual explicou no ponto anterior.

Interveio o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo dito o seguinte: "Na página de introdução é referido que foi feito um empréstimo de € 5.136,622,73, destinado a substituir o empréstimo anterior, tendo sido celebrado com a Caixa Agrícola dois empréstimos, um de € 1.136.622,73 e outro de € 3.500.000,00, estas duas somas dão menos € 500.000,00, por isso pergunta se é um erro ou porque existe esta diferença. Já no concreto verifica-se uma ligeira derrapagem, quanto à diminuição da dívida de médio e longo prazo, sendo, no entanto, positiva a redução do empréstimo inicial de € 5.136,622,73, para o valor de € 4.616.645,13. No entanto, verifica-se um aumento da dívida total a terceiros, sendo à data de 30.06.2019 de € 12.349.588,00, sendo a margem disponível por utilizar já negativa. No entanto, esta dívida não me parece que seja igual à que aparece no balanço, dado que nas minhas contas dá € 11.805.896,87, será que estou errado? Ou existe mesmo esta discrepância?

Em conclusão, fico preocupado com o aumento de despesas, o que se reflete no aumento do prazo médio de pagamentos, o que se afasta da fasquia razoável para pagar aos fornecedores deste Município."

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que efetivamente há um pequeno lapso de escrita no valor do empréstimo.

Quanto à dívida, explicou que não há lapso, porque existe dívida excluída e dívida não excluída, daí a diferença entre os dois documentos.

Quanto ao prazo médio de pagamentos, explicou que se existiam dificuldades em termos de tesouraria, elas vão-se agravando, por causa das despesas com o pessoal e das decisões do Governo relativas aos impostos que revertem para as Autarquias, como é o caso por ex. do IMI, que agora tem vindo a ser pago em prestações.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o quarto relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro ajustado, relativo ao empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017, respeitante ao período de um de janeiro até trinta de junho de dois mil e dezanove.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2019

Presente a proposta de 3ª revisão ao orçamento, ao plano de atividades municipais e ao plano plurianual de investimentos, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 19 de setembro de 2019, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

PROPOSTA

Considerando:

a) a necessidade, superveniente à aprovação inicial dos documentos previsionais, de executar os seguintes investimentos: pavimentação do Caminho Municipal do Matadouro e aquisição de dois autocarros destinados, a título principal aos transportes escolares, em regime de locação financeira;

b) a redução dos encargos previstos no Plano das Atividades Municipais para o corrente ano, com "Água para Consumo Humano, em Alta", decorrente da celebração do acordo de regularização de dívida celebrado com a sociedade " Águas do Norte, S.A.", o que determinou a alteração da data de vencimento de parte substancial dos compromissos para anos futuros;

c) a recente alteração ao classificador económico da receita proveniente do Estado e dos serviços e fundos

autónomos, por força da aceitação das transferências de competências para os municípios,
Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais para o ano 2019, cujos mapas se anexam:

*3ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 30 000,00;

*3ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 163 000,00;

*3ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 88.000,00; e

*3ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta diminuições/anulações no montante de € 75.000,00.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Paços do Município, 17.09.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para explicar os presentes documentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que este documento apresenta alguns reforços que tiveram de ser feitos e também alterações de âmbito legal.

Referiu que a classificação funcional alterou e houve um conjunto de rubricas que deixaram de existir e outras que passaram a existir e, por isso, tiveram de ser alteradas.

Referiu ainda que há outras duas situações, uma de aquisição de duas viaturas para transportes escolares, e a outra relativa à regularização do acordo com a empresa "Águas do Norte, S.A.", tendo em conta o atraso da regulamentação da parte do Governo, faz com que, neste momento, ainda não esteja despachado pelos Ministérios competentes.

O membro Carlos Alberto Moura Cabral pediu esclarecimento sobre a aquisição das viaturas.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que solicitou à empresa EDP Renováveis o adiantamento das rendas, relativas ao corrente mandato, e com esse valor vão ser adquiridas as



Fl. 126
2019.09.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referidas viaturas, sendo ele próprio que se deslocará a Alemanha para tratar do negócio.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar os seguintes documentos:

*3ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 30 000,00;

*3ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 163 000,00;

*3ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 88.000,00; e

*3ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta diminuições/anulações no montante de € 75.000,00.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, o membro Luís Carlos Ramos Machado ausentou-se da reunião.

PONTO 5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA", PARA EFEITOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO

Presente o pedido de autorização prévia à execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", no montante de € 470 412,10, para efeitos de contratação de empréstimo a longo prazo, destinado a ser aplicado na parte deste investimento não comparticipada pelo Programa Operacional Regional do Norte, o qual foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de dezanove de setembro corrente, enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA"

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À RESPECTIVA EXECUÇÃO PARA EFEITOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO

Nos termos do nº 1 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 03.09, na sua redação atual, os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida nas condições previstas nos nºs 3 a 8, ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Os investimentos referidos no citado nº1 são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10%

das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal.

Está em curso o procedimento de contratação de um empréstimo a longo prazo, destinado a ser aplicado em vários investimentos, entre os quais a empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", prevista no Plano Plurianual de Investimentos de 2019, cujo investimento elegível é de € 470 412,10.

No ano 2019, o montante total corrigido da despesa da rubrica 07 - "Aquisição de bens de capital" é de € 3 959 950,00 (ver mapa de controlo orçamental da despesa em anexo).

O valor do investimento a realizar é superior a 10% daquela despesa.

Neste contexto, **proponho** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12.09, submeter à discussão e solicitar à Assembleia Municipal, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, autorização prévia à execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", no montante de € 470 412,10, para efeitos de contratação de empréstimo a longo prazo destinado a ser aplicado na parte deste investimento não comparticipada pelo Programa Operacional Regional do Norte. Paços do Município, 16.09.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para explicar os presentes documentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que o investimento em causa é de cerca de meio milhão de euros, do qual terão a comparticipação de 95% dos fundos comunitários e, por isso, o Município só terá de participar os 5% da comparticipação nacional.

Aproveitou para explicar que este ponto da ordem do dia teve de ser separado dos restantes, porque o seu prazo de amortização é de doze anos, enquanto os restantes investimentos têm prazo de vinte anos.

Explicou ainda que o valor total do empréstimo, constante dos dois pontos, é muito inferior à margem de que dispõem para contrair empréstimos, comprometendo-se a reduzirem o meio milhão na dívida.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Interveio o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo-se pronunciado a favor do pedido de autorização.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", no montante de € 470 412,10, para efeitos de contratação de empréstimo a longo prazo destinado a ser aplicado na parte deste investimento não comparticipada pelo Programa Operacional Regional do Norte.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE DOIS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 249.634,00, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE VÁRIOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COMPARTICIPADOS PELO FEDER

Presente o pedido de autorização para contratação de dois empréstimos a longo prazo, até ao montante total de € 249.634,00 (duzentos e quarenta e nove mil e seiscentos e trinta e quatro euros), destinados ao financiamento complementar de vários investimentos municipais comparticipados pelos FEDER, identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante, aprovado em reunião camarária de dezanove de setembro corrente, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, das propostas recebidas e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, documentos que foram enviados antecipadamente a todos os membros, e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE DOIS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 249.634,00, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE VÁRIOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COMPARTICIPADOS PELO FEDER

PROPOSTA

Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal proferida em 08.08.2019, foram consultadas 8 entidades bancárias para apresentação de propostas, tendo em vista a contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante de € 249.634,00, para financiamento complementar de vários investimentos municipais comparticipados pelo FEDER.

Respondeu ao convite do Município uma entidade bancária, que dividiu o valor do empréstimo em duas propostas, as quais foram objeto de análise e enquadramento legal, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão

Administrativa e Financeira, datada de 16 de setembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida. Com fundamento na mencionada informação, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do n°1 do artigo 25° do mesmo diploma, autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49°, n°s 1,2 e 5 da Lei n° 73/2013, de 3.09, **com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego**, os seguintes empréstimos a longo prazo:

a) Empréstimo até 12 anos destinado ao financiamento da contrapartida nacional devida pelo Município na execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-03-1203-FEDER-000214, até ao montante de **€ 23 520,00** à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 1,10%**, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta;

b) Empréstimo até 20 anos, no montante total de **€ 226.114,00** destinado ao financiamento da contrapartida nacional devida pelo Município na execução das seguintes empreitadas:

i) Reabilitação do bairro de habitação dos 12 fogos sito em Tarouca-Eficiência energética, operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-03-1204-FEDER-000022, até ao montante de € 20 863,00;

ii) Requalificação do Parque de Santa Helena, comparticipada pelo FEDER com o código Norte-06-3928-FEDER-000091, até ao montante de €129 409,00; e

iii) Valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca, operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-06-3928-FEDER-000097, até ao montante de € 75 842,00, à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 1,10%**, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Os empréstimos a contratar destinam-se exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional dos projetos com comparticipação dos Fundos Europeus de Desenvolvimento Regional (FEDER), identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante.

De acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, o empréstimo a contratar não é considerado para efeitos de apuramento da dívida total do Município, referida no n.º 1 do mesmo artigo.

Anexos:

1. Ofícios-convite enviados;
2. Proposta recebida;
3. Respostas de quatro entidades bancárias;
4. Informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
5. Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;
6. Mapa resumo dos investimentos a financiar;
7. 4 termos de aceitação da comparticipação financeira dos investimentos a financiar.

Paços do Município, 16 de setembro de 2019.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação, ao abrigo do disposto no artigo 49.º, n.ºs 1, 2 e 5 da Lei n.º 73/2013, de 3.09, com a **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego**, dos seguintes empréstimos a longo prazo:

a) Empréstimo até 12 anos destinado ao financiamento da contrapartida nacional devida pelo Município na execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-03-1203-FEDER-000214, até ao montante de **€ 23 520,00** à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 1,10%**, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta;

b) Empréstimo até 20 anos, no montante total de **€ 226.114,00** destinado ao financiamento da contrapartida nacional devida pelo Município na execução das seguintes empreitadas:

i) Reabilitação do bairro de habitação dos 12 fogos sito em Tarouca-Eficiência energética, operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-03-1204-FEDER-000022, até ao montante de € 20 863,00;

ii) Requalificação do Parque de Santa Helena, comparticipada pelo FEDER com o código Norte-06-3928-FEDER-000091, até ao montante de €129 409,00; e

iii) Valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca, operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-06-3928-FEDER-000097, até ao montante de € 75 842,00, à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 1,10%**, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS INERENTES AOS CONTRATOS, A CELEBRAR, DE ADJUDICAÇÃO DAS EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE SANTA HELENA" E DE "VALORIZAÇÃO DA IGREJA DE S. PEDRO DE TAROUCA"

Presente o pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos contratos das empreitadas de obras públicas de "Requalificação do Parque de Santa Helena" e de "Valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca" a celebrar na sequência da abertura dos respetivos procedimentos de contratação pública, o qual foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de cinco de setembro corrente, foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS INERENTES AOS CONTRATOS, A CELEBRAR, DE ADJUDICAÇÃO DAS EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE SANTA HELENA" E DE "VALORIZAÇÃO DA IGREJA DE SÃO PEDRO DE TAROUCA"

PROPOSTA

Considerando que:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

a) foram assinados os termos de aceitação relativos à concessão de participações financeiras do FEDER para execução das seguintes operações:

1. "Requalificação do parque de Santa Helena";
2. "Valorização da igreja de São Pedro de Tarouca";

b) estes investimentos constam do Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano. No entanto, o montante dos encargos a assumir em anos seguintes será superior ao inicialmente previsto, em virtude de a concessão do financiamento comunitário ter sido formalizada nos meses de julho e agosto findos, permitindo agora avançar com os respetivos procedimentos de contratação pública;

c) tendo em conta plurianualidade da despesa, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06 e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 6/2012, de 21.02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06, é necessário obter autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos contratos a celebrar, no valor correspondente ao dos encargos de 2020 e 2021,

PROponho a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **solicitar**

à Assembleia Municipal autorização, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos seguintes contratos a celebrar na sequência da abertura dos respetivos procedimentos de contratação pública, de acordo com os seguintes montantes:

1. "Requalificação do parque de Santa Helena", cujo orçamento base apresenta o valor de € 345 810,44, a que acresce o IVA à taxa de 6%, perfazendo o valor total de € 366 559, 07.

Montante dos encargos a autorizar em anos seguintes, com IVA incluído:

2020: € 366 560

2021: € 30 547

2. "Valorização da igreja de São Pedro de Tarouca", cujo orçamento base apresenta o valor de € 135 700, a que acresce o IVA à taxa de 6%, perfazendo o valor total de € 143 842.

Montante dos encargos a autorizar em anos seguintes,
com IVA incluído:

2020: € 143 842

Paços do Município, 02.09.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para explicar os presentes documentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que estas candidaturas foram apresentadas ao PRODER, mas a aprovação das mesmas só aconteceu em julho e agosto últimos, por isso têm de passar a ser investimentos plurianuais.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos seguintes contratos a celebrar na sequência da abertura dos respetivos procedimentos de contratação pública, de acordo com os seguintes montantes:

1."Requalificação do parque de Santa Helena", cujo orçamento base apresenta o valor de € 345 810,44, a que acresce o IVA à taxa de 6%, perfazendo o valor total de € 366 559, 07.

Montante dos encargos a autorizar em anos seguintes,
com IVA incluído:

2020: € 366 560

2021: € 30 547

2. "Valorização da igreja de São Pedro de Tarouca", cujo orçamento base apresenta o valor de € 135 700, a que acresce o IVA à taxa de 6%, perfazendo o valor total de € 143 842.

Montante dos encargos a autorizar em anos seguintes,
com IVA incluído:

2020: € 143 842

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTE AO PERÍODO DE 12.06.2019 a 17.09.2019

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de dezoito de abril corrente, respeitante aos



2019.09.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 10.12.2018, respeitante ao período de 12.06.2019 a 17.09.2019, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação.

Não houve intervenções.

Foi tomado conhecimento da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 12.06.2019 a 17.09.2019.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09) a qual será arquivada sob o número vinte e cinco, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Não houve intervenções.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente da Régiefrutas e ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, na qualidade de Presidente da respetiva Assembleia Geral, por terem prestado um conjunto de esclarecimentos muito úteis para todos, tendo em conta que se trata de uma empresa de elevada importância para o Concelho.

Desejou a todos a continuação de boas festas de S. Miguel, lembrando que o jantar oferecido pela Câmara Municipal decorrerá hoje, pelas vinte horas, no recinto da festa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Antônio Carlos Gomes* Técnica Superior, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

